

POLÍTICAS CULTURAIS PARA O LIVRO E LEITURA NO BRASIL: CONTEXTO, AVANÇOS E DESAFIOS

João Vanderlei de Moraes Júnior¹

Resumo: O Brasil nos últimos oito anos passou por intensa transformação no processo de construção das Políticas Culturais no âmbito do Ministério da Cultura. Na área do livro e leitura, a implantação da Lei do Livro e a elaboração do Plano Nacional do Livro e Leitura configuraram-se como um exemplo desse processo, até então, inédito no Brasil. Neste artigo, desenha-se o contexto no qual se insere as políticas para promoção do livro e ampliação do hábito da leitura no país, percebendo, através do itinerário e implantação de tais Políticas Culturais no Governo Lula, avanços e desafios.

Palavras chave: Políticas Culturais no Brasil. Políticas Setoriais. Plano Nacional do Livro e Leitura.

*É para ele [o leitor] que existem,
em última instância, os livros e as bibliotecas.*

Carlos Ribeiro

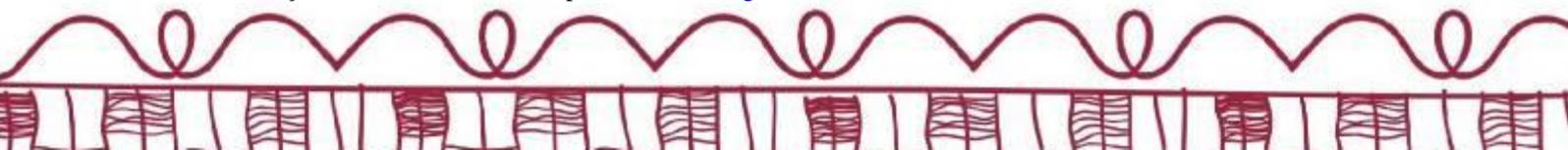
Os livros em si nada significam.

Jorge Luis Borges

O Brasil passou nos últimos oito anos por significativa transformação no âmbito das políticas culturais implementadas pelo Ministério da Cultura. Embora seja prematuro afirmar sobre os impactos resultantes das intervenções acionadas pelo governo Lula nesta área, percebe-se o caráter estruturante e organizativo que o Ministério passou neste período, em especial nos primeiros três anos de gestão do Ministro Gilberto Gil.

Além de inserir um conceito ampliado de cultura em que se observam as dimensões simbólica, cidadã e econômica, o Ministério desenvolveu o processo de implantação do Sistema e do Plano Nacional de Cultura - SNC e PNC (REIS, 2008:58); deu-se a formação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) e das Câmaras Setoriais que, incorporadas ao CNPC, promovem a participação de diversos segmentos societários na elaboração de políticas públicas destinadas à cadeia produtiva e criativa de diversas áreas culturais como as de Áudio Visual, Dança, Teatro, Circo e a do Livro

¹ Mestrando do Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade do IHAC/UFBA. Pesquisador em formação do CULT; Bolsista Capes. escrevista@gmail.com



e Leitura². Nesta última, a implantação da lei que institui a política nacional do livro³ é de 2003 e marca o início de um processo inédito no país do qual resultam a elaboração e desenvolvimento do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) instituído pela Portaria Interministerial N.º 1.442, de 10 de Agosto de 2006.

O PNLL tem caráter trienal e delinea diretrizes que unem os Ministérios da Cultura e o da Educação com o objetivo primaz de desenvolver o Brasil como uma sociedade de leitores (PNLL, 2006:4). Aliado a este objetivo insere-se o intuito de equacionar o déficit de biblioteca no país, estimular o mercado editorial e ampliar o número de leitores, articulando programas e projetos oriundos dos dois Ministérios. Soma-se ao esforço do Estado a participação da sociedade civil através de propostas inscritas em editais como os de: Ponto de Leitura; Prêmio Viva a Leitura; Bolsa de Criação Literária; Edição de Livros; Qualificação para mediadores de leitura; dentre outros.

Não se pode esquecer a desoneração fiscal do livro, que ocorreu em 2004 através da lei 11.030 de 21/12/2004, combinada a lei federal 10.865 de 30/04/2003. Deste acordo entre a indústria editorial e o Estado, resultaria a diminuição do valor do preço dos livros e a contribuição desta cadeia com 1% da receita anual para criação do Fundo Setorial Pró-Leitura (FSPL), cujo principal objetivo seria financiar programas e projetos de estímulo à leitura e valorização do livro de acordo com as diretrizes do PNLL. Contudo, o FSPL ainda não saiu do papel por conta de divergência entre empresários do setor editorial e o Estado.

Todavia, para traçar avanços e desafios das Políticas Culturais para o Livro e Leitura no Brasil contemporâneo torna-se necessário compor um pequeno panorama do contexto no qual se insere estas intervenções, iniciadas com a instalação do Instituto Nacional do Livro, em 1937, ainda no Governo de Getúlio Vargas, e descortinar a relação atual do Brasil com outros países da América Latina quando trata-se desta temática.

Contexto histórico

As Políticas Culturais para o Livro no Brasil inauguram-se durante o Estado Novo, no governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945). Neste período implantou-

² Na área do livro e leitura o Colegiado Setorial é instituído no âmbito do CNPC através do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005.

³ Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.

se diversas instituições nacionais de cultura que imprimiram políticas sistemáticas de alcance nacional e abrangência às diversas áreas da cultura. Tais iniciativas governamentais evidenciaram a Cultura de modo nunca antes apresentada. Embora tais intervenções institucionalizadas pelo Estado tenham sido com forte aspecto iluminista e impondo uma visão elitista, é neste contexto que

pela primeira vez, o Estado nacional realiza um conjunto de intervenções na área da cultura, que articulava uma atuação “negativa” – opressão, repressão e censura próprias de qualquer ditadura – com outra “afirmativa”, através de formulações, práticas, legislações e (novas) organizações de cultura (RUBIM, 2007:16).

Com a extinção do Instituto Cairu, cria-se, em 1937, o Instituto Nacional do Livro (INL). Em plena ditadura, o Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema no dia 15 de dezembro daquele ano submeteu através de carta ao então presidente Getúlio Vargas a seguinte missiva:

O livro não é só companheiro amigo, que instrui, que diverte, que consola. É ainda e, sobretudo, o grande sementeiro, que pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontramos sempre um livro ao fundo de todas as revoluções. É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só provendo e facilitando a sua produção e divulgação, e ainda vigilando no sentido de que ele seja não um instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas⁴

Este fragmento sugere a situação de como se processava a construção de Políticas Culturais no país: seis dias depois o Presidente oficializara o INL através do Decreto lei nº 93, de 21 de dezembro; dentre os objetivos destacavam-se o de *difundir a cultura* para a população e a responsabilidade

pela edição de obras literárias, pela elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacional e, finalmente, pela expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas, atuando para que cada município brasileiro se incumbisse da constituição de pelo menos uma biblioteca (SILVA, 2009).

Paradoxalmente, embora se reconhecesse o livro como um meio poderoso de criação do engenho humano e a força de influência que ele exerce sobre todos os pontos de vista, pouco se fizera para acionar a leitura enquanto assunto de política pública, posto que o alto número de não-leitores impedia o amplo acesso aos benefícios do valioso produto cultural disponibilizado em bibliotecas existente no país.

Apenas os grupos mais privilegiados tinham acesso a este bem, problema este evidenciado desde o período colonial tendo em vista que o Brasil só permitiu impressões de livros e folhetos a partir de 1808, ano da chegada da família real Portuguesa. Em 1810 criou-se a Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro, enquanto que em outros países latino americanos a tipografias, e, por conseguinte os impressos incorporaram-se à vida cotidiana da população antes mesmo do século XIX, como no México em 1535, na Argentina em 1700, e na Colômbia em 1738 (RUBIM e BAYARDO, 2008).

Acrescentava-se a esta problemática a ausência de livrarias, conta-se, em 1919, a quantidade de 35 em todo território brasileiro; mesmo com o surgimento de grandes editoras no mercado a partir da década de 20, esbarrava-se ainda na ausência de leitores (ANDRADE, 1978:131), posto que até então as políticas culturais e os debates sobre a questão do livro não atentavam para promoção da prática leitora, privilegiando exclusivamente a disponibilização de livros, ampliação do número de bibliotecas e estímulos ao mercado editorial; o que efetivamente não estimulou o hábito da leitura no país.

Segundo dados estatísticos publicados por Olímpio de Souza Andrade (ANDRADE *apud* LOPES, 1978:143). referentes à edição de obras, em São Paulo foram editadas, em 1926, 26 obras e 17.500 exemplares. Em 1964 foram 1.821 edições e 23.624.309 exemplares. Os indicadores reunidos de diversas fontes por Andrade são questionáveis, posto o período de extrema censura e ausências de mecanismos oficiais que mensurassem o comportamento editorial e a prática leitora à época, todavia nos apresentam algumas pistas sobre a situação do livro no Estado mais rico do país. Só em 1970, o IBGE distribuiu um pequeno estudo intitulado *Brasil, Fome de Livros*, organizado por Fausto Cunha, que apontavam para necessidade de despertar a importância do livro para além do mercado.

O INL avançou muito pouco na construção de um país leitor. É possível elencar ações as quais se limitaram à edição de livros de autores legitimados por uma elite excludente, privilegiando, assim, pequenos grupos sem, contudo, direcionar-se ao estímulo à leitura de forma a atingir amplas proporções da sociedade. De acordo com dados relativos aos anos de 1965 e 1966 do Guia das Bibliotecas Brasileiras se possuía no Brasil cerca de 9.743 bibliotecas, destas 7.858 recebiam obras literárias e orientação do INL, ou seja, praticamente todas tinham intervenção da instituição. A intenção em promover a leitura apenas pela disponibilização de bibliotecas configura-se como uma

ação limitada, devendo, todavia, ser parte de um plano estratégico que a partir de diagnósticos possa constituir programas e projetos com objetivos e metas estabelecidas, a serem avaliadas em médio e longo prazo. Que não se concentre exclusivamente no mercado editorial, mas na promoção do hábito da leitura, e para isto, garantir ações articuladas e definições claras de financiamento.

A partir da década de 70, segundo Luís Milanesi (2002), se firmou no Brasil a idéia da necessidade de leitura como fator decisivo no processo educacional através da implantação, por lei, da pesquisa escolar. No entanto, a ação do Governo, ao criar bibliotecas, pretendeu implantar o gosto pela leitura, mas estas cederam à necessidade de pesquisa e à cata de alguns textos que, reproduzidos, atendiam às expectativas de professores, distanciando-se da idéia original que este espaço fosse fonte de informação, aproximando-se na prática da biblioteca escolar. Acrescenta Milanesi que:

Apesar das boas intenções, essas bibliotecas vindas de cima para baixo, das esferas federais para o cotidiano das cidadezinhas, da mesma forma que chegaram, desapareceram e assim, o público ficou com o rádio e a televisão como fontes de informação (MILANESI, 2002:47).

A realidade do Instituto aos poucos foi adaptando-se às necessidades governamentais: em 1973, com o Decreto nº 72.614, de 15 de agosto, o Instituto transfere sua linha editorial para editoras comerciais estabelecidas nacionalmente. Em 1987, o INL e a BN, através da Lei nº 7.624, passam a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura que em 1990, por meio da Lei nº 8.029, foi extinta e suas atribuições transferidas para a Biblioteca Nacional.

Em 52 anos de existência (1937-1989), o Instituto assumiu funções de editor, promotor de publicações nas áreas da cultura nacional, de interesse educacional e de caráter científico. Pode-se afirmar, portanto, que o INL teve uma importante contribuição com a expansão da biblioteca pública e a formação de recursos humanos na área de biblioteconomia (ROSA e ODDONE, 2006:187). As intervenções acionadas por este, contudo, não proporcionaram transformações significativas no desenvolvimento de práticas que situassem o Brasil como um país de leitores. Evidenciou-se um trabalho focado no mercado e na distribuição de livros, que embora importante não suficiente enquanto política pública para implementar ações continuadas capazes de ampliar o número de leitores e garantir o acesso ao livro à sociedade brasileira. Além das intervenções desenvolvidas pelo INL somaram-se uma série de decretos e leis criadas no intuito de estimular o acesso ao livro e o hábito da leitura, a exemplo de datas comemorativas relacionadas ao campo do livro e bibliotecas.

Um marco importante desde a extinção do INL foi a implantação do Programa Nacional do Incentivo à Leitura⁵ (PROLER) em 1992 e a instituição do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, ambos vinculados à Biblioteca Nacional. Criado em 1992, o PROLER foi institucionalizado através do Decreto n.º 519, D.O. de 14 de maio, desde então o programa busca implementar projetos que orientem a formação de leitores e qualificação de professores da rede pública. A criação deste programa se deu em um momento em que organismos internacionais com intervenção na América Latina apontavam para necessidade de inserir a leitura na pauta das políticas públicas nacionais.

Neste contexto, foi realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a Reunião Internacional de Políticas Nacionais de Leitura para América Latina e Caribe - Leitura: Responsabilidade de Todos - convocada pelo Centro Regional para o Fomento do livro na Leitura da América Latina e Caribe (CERLALC). No mesmo ano, como resultado destes debates dá-se a criação do PROLER no Brasil, e a implantação do primeiro plano nacional de leitura da Colômbia, com título: *Leer es rico*.

Com o processo de re-democratização, a partir da década de 80, o Brasil viveu um momento de novas expectativas com a criação do Ministério da Cultura em 1985 (pelo Decreto 91.144 de 15 de março), contudo, paradoxalmente, as políticas culturais deste período restringiram-se a implantação de leis de incentivo à cultura: a chamada Lei Sarney (Lei n.º 7.505/86), posteriormente substituída pela Lei Rouanet (Lei n.º 8.313/91). Numa realidade não muito distante, a década de noventa caracterizou-se por um período de instabilidade: extinção do Ministério da Cultura e reforço das leis de incentivo cultural. No final desta década, em 1998, há a implantação da lei de direitos autorais (Lei n.º 9.610/98) em que o produtor do bem cultural aparece como objeto dos interesses empresariais, fortalecendo prerrogativas neoliberais que se firmara até 2002 com o governo Fernando Henrique e a gestão do Ministro da Cultura Francisco Weffort.

O Governo Lula

A partir do Governo Lula, com a gestão do Ministro Gilberto Gil, as Políticas Culturais para o Livro, Leitura e Biblioteca ocuparam o cenário nacional a partir da implantação da Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003 – “Lei do Livro” – base para uma política duradoura para o livro e a leitura. Com a lei, acionou-se uma série de debates com intuito de elaborar um documento no qual reunisse diagnósticos da

⁵ Este programa encontra-se em vigor sob a coordenação da Biblioteca Nacional e com resultados relevantes em boa parte do território nacional.

situação da leitura no país, diretrizes, objetivos e metas a serem cumpridos e avaliados a cada três anos. Este compromisso de inserir a leitura como assunto de política pública não se deu no Brasil isoladamente, surgiu do esforço de chefes de Estado de diversos países da Ibero-América reunidos em Santa Cruz de La Sierra, em 2003, para o XIII Cumbre Iberoamericana a fim de reconhecer o texto da declaração do Encontro que destacou a leitura como “un instrumento real para la inclusión social y un fator básico para el desarrollo social, cultural y econômico” e definir o ano de 2005 como o Ano Ibero-Americano da Leitura (CERLALC/OEI, 2004:12).

A elaboração de Planos Nacionais de Leitura (PNL) em países da América Latina, por exemplo, ganhou evidência, enquanto ferramenta importante de política cultural, a partir de 2004, quando a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e o CERLALC, através do Plano Ibero-Americano de Leitura, puseram em prática uma agenda de políticas públicas de leitura e identificaram países da Ibero-América onde elaborou-se PNL's. Neste primeiro momento exploratório, realizou-se análises comparativas relacionando aproximações e diferenças desde o ponto de vista de suas concepções conceituais ao seu desenvolvimento processual, por conseguinte, formulou-se bases que fossem referência para consolidação deste processo de formulação e construção de políticas culturais capazes de avançar diante de tal desafio: a ampliação da prática leitora na sociedade Ibero-Americana (PEÑA e ISAZA, 2005:9).

Neste sentido, foi realizada na Heróica cidade de Cartagena de Índias, Colômbia, em setembro de 2004, a Reunião para Formulação de uma Agenda de Políticas Públicas para Leitura, uma iniciativa que articulou governos, o setor privado e a sociedade civil a fim de se projetar ações a longo prazo em favor da leitura. O Brasil se insere no contexto de países da Ibero-América que iniciaram o processo de definições estratégicas que definem o papel dos organismos governamentais na formulação de leis, planos e programas de fomento à leitura e ao livro. É, portanto, com a lei do livro, promulgada em 2003 pelo presidente Lula, que se inicia a construção de instrumentos legais para promoção do livro e leitura no país.

A construção do Plano Nacional do Livro e Leitura – Fome de Livro deu-se entre junho de 2004 a dezembro de 2005, período no qual foram realizados encontros nas macro-regiões do país (RS, SP, RJ, MG, CE, DF, PA) a fim de colher sugestões, debater sobre o tema e integrar os Estados na discussão sobre o assunto. Estes encontros proporcionam a participação da sociedade, dos diversos segmentos da cadeia produtiva e criativa do livro. Uma das estratégias para democratização da elaboração desta

política pública foi a realização de conferências transmitidas ao vivo via internet e noventa e sete encontros em forma de debates, conferências, palestras, oficinas e mesas-redondas realizados em feiras de livro, seminários, congressos e colóquios, envolvendo os diversos grupos societários a fim de assegurar o caráter democrático e pluralista desencadeado pela proposição do Plano Nacional de Cultura e conseqüente PNLL.

O PNLL nasce da soma de esforços dos Ministérios da Cultura e o da Educação para equacionar o baixo índice da prática leitora e conseqüente entrave para o desenvolvimento no país, posto o entendimento de que na contemporaneidade a principal ferramenta para transformação sócio-cultural é a informação. Assim, a elaboração deste Plano pretendeu, além de articular os diversos setores da cadeia produtiva do livro

garantir organicidade a políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito dos Ministérios, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e de voluntários, buscando evitar o caráter por demais assistemático, fragmentário e pulverizado com que se têm implementado essas iniciativas em nosso país, desde, pelo menos o século XIX (PNLL, 2006:12).

O Plano orienta-se através de 04 eixos principais (Democratização do acesso; Fomento à leitura e a formação de mediadores; Valorização do livro e comunicação; Desenvolvimento da economia do livro); 18 princípios norteadores que garantem a valorização da diversidade cultural e outros valores defendidos pela UNESCO e 15 objetivos e metas que articulam as dimensões simbólicas, cidadã e econômica no âmbito do livro e leitura.

O PNLL articula-se com iniciativas do Ministério da Educação, dentre estas: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE); Projeto Fome de Livro e Livro Aberto (MEC/Fundação Biblioteca Nacional); Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM); Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor, bem como atua em ações conjuntas com organismos internacionais como Organização dos Estados Ibero-Americano e CERLALC a fim de estabelecer uma rede de discussão e aprimoramento das políticas nacionais para leitura. Incluem-se nas iniciativas do MinC para o PNLL o Fórum da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura; o Viva Leitura – Ano Ibero-Americano de Leitura (CERLALC/OEI, 2005); Pontos de Leitura e Agentes de Leitura.

O PNLL ao ser instituído buscou zerar o número de municípios no território nacional que não possuísse biblioteca, superando a lacuna de 10,9% de cidades

brasileiras sem biblioteca segundo o IBGE. Esta iniciativa se deu com o Programa Livro Aberto e Fome de Livro, os quais esbarraram na ausência de conhecimento do programa por parte dos gestores municipais e no baixo número de leitores.

Segundo o Retrato da Leitura no Brasil, 45% dos pesquisados (77,1 milhões) não foram considerados leitores por não lerem um único livro em três meses, de 55% (95,6 milhões) dos leitores declarados, 50% (47,4 milhões) leram livros indicados pela escola (incluindo didáticos), 6,9 milhões estavam lendo a Bíblia. A média per capita de leitores no Brasil é de 4,7 livros por habitante/ano, contudo, ao retirarmos os lidos indicados pela escola resta-nos o índice de 1,3 livros por habitante, índice significativamente baixo, o que justifica as iniciativas acionadas pelo PNLL acima apresentadas e o enorme desafio compartilhado entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil organizada.

Avanços e desafios

A implantação da lei do livro, a parceria entre os Ministérios da Cultura e o da Educação para elaboração e execução do Plano Nacional do Livro e Leitura a partir de diagnósticos e definição clara de objetivos e metas evidenciam ações positivas para transformação da realidade brasileira retratada no âmbito do livro e leitura através dos índices apresentados. O caráter democrático que marcou o processo de construção das diretrizes do PNLL; a criação de espaços de diálogos entre os distintos segmentos da cadeia produtiva e criativa do livro, leitura, literatura e biblioteca nos apresentam uma significativa mudança de comportamento do Estado brasileiro em relação à problemática do livro e leitura; inclusive inserindo o Brasil em um debate de dimensão internacional nunca visto no país. Porém não é apenas com documentos bem formulados que se transforma uma sociedade como a brasileira em um país de leitores. Se não houver uma participação efetiva da indústria editorial na construção desta realidade almejada pelo PNLL será difícil conquistar esta tão relevante meta nacional.

Outro ponto em debate é a formulação de leis e elaboração de Planos de Leitura nos Estados e Municípios. O tema foi discutido no Fórum Nacional Mais Livro e Mais Leitura nos Estados e Municípios no mês de setembro de 2009, na capital federal, a fim de mobilizar os gestores para inserir a leitura nos debates públicos locais. Algumas cidades brasileiras como Ribeirão Preto (SP), que foi a primeira, Salvador (BA) e Recife (PE) já possuem a Lei do Livro. O ideal é que estas leis consubstanciem os

Planos Estaduais e Municipais e possam em conectar-se aos seus respectivos sistemas e planos de cultura.

A consolidação do modo de fazer a política nacional do livro e leitura compartilhada entre Estado e Sociedade, base do PNLL torna-se fundamental para o êxito desse projeto. Contudo, urge que a contribuição compulsória de 1% do faturamento de todo setor editorial e livreiro, de acordo com o pacto assinado por este setor com o Governo Federal seja, enfim, realizado. Objetivando a consolidação do Fundo Setorial do Livro e Leitura, posto que em 2004 toda este setor sofreu desoneração fiscal afim de, em contrapartida, pactuar com a criação do Fundo que promoveria a ampliação de investimentos em programas de promoção ao hábito da leitura e valorização do livro. Embora o setor editorial não cumpra com o acordo firmado com o Estado, o Brasil, através do Ministério da Educação é considerado o maior comprador de livros didáticos e de literatura da América Latina, a aquisição representa anualmente cerca de 70% do mercado editorial brasileiro, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que patrocina o Programa Nacional do Livro Didático e o Programa Biblioteca na Escola – PBE (CASTAÑEDA, 2005:4).

Enquanto isso, o Ministério da Cultura, através do Programa Mais Cultura investirá até o fim de 2010 cerca de R\$ 4,7 bilhões de reais. Para ações do livro e leitura serão concentrados esforços para fazer das bibliotecas brasileiras, bibliotecas vivas, não apenas com livros – que são fundamentais – mas também com leitura em outros suportes, como o audiovisual e a cultura digital. Tal investimento se dá de forma inédita no âmbito do livro e leitura, neste mesmo bojo, a ausência de mecanismos avaliativos capaz de avaliar o impacto destes investimentos na área e o desenvolvimento sócio-cultural que a iniciativa promove.

Considerações Finais

Ao confrontar o tecido histórico das intervenções públicas na área do livro e leitura com a atual situação é possível assinalar que embora haja grandes avanços em aspectos como participação da sociedade civil, do setor privado, ações sistemáticas, programas e projetos com metas e objetivos definidos, financiamento e parcerias com organismos internacionais, o país ainda esbarra em desafios como os altos índices de analfabetismo e analfabetos funcionais e na ausência de participação dos Estados e Municípios nos debates que inserem a leitura como assunto de política pública.

A questão se amplia se nos remetermos às epígrafes deste artigo e sua relação entre o livro, a biblioteca e o leitor. A pesquisa Retrato da Leitura no Brasil aponta que 29% dos não leitores justificam-se com a desculpa de não ter tempo para dedicá-lo ao ato de ler, muito próximo daqueles que justificam não acionarem o hábito da leitura por não serem alfabetizados, 28%. Apontando que realmente o livro em si nada significa, como nos sugere Jorge Luiz Borges, então como significá-lo? Com a implantação de bibliotecas? A história evidencia que não é o bastante. Três de cada quatro brasileiros não freqüentam bibliotecas, muitos destes equipamentos culturais são mal administrados (EARP e KORNIS, 2005:53). O fato é que há oito anos a leitura tem sido assunto de debates e políticas públicas, sem, contudo, apresentar mudanças efetivas de paradigmas e comportamento quando o assunto é instituir e/ou ampliar o hábito da leitura no país.

Delineia-se, portanto, nos últimos anos, um novo paradigma de políticas culturais para o livro e leitura no qual se permite possíveis ajustes, tendo em vista o seu caráter participativo e estruturante. Ao finalizar a primeira etapa das ações do PNLL (2006/2010), que tem caráter trienal, a avaliação realizada em Brasília nos dias 08 e 09 de março de 2010, no bojo da II Conferência Nacional de Cultura⁶, a Pré-Conferência Setorial do Livro, leitura e literatura, aprovou as ações do PNLL. O Plano avançou não apenas no investimento na área, que subiu de R\$ 6,1 milhões em 2003 para R\$ 150 milhões previstos em 2010, mas promoveu o amplo debate sobre o tema, reconhecendo que a situação do livro e leitura no Brasil não é apenas um problema do Estado, mas de toda sociedade.

Anexo 1: Cronograma de ações políticas culturais para o livro e leitura no Brasil

Ano e Intervenção	Marco legal
1810 – Biblioteca Nacional	1890 – Decreto nº 856 (denominada em 1810 Real Biblioteca e depois Biblioteca Imperial e Pública da Corte). 1907 – Decreto nº 1.825, institui o <i>depósito legal</i> . 1981 – Incorporada à Fundação Pró-Memória pela Portaria MEC nº 585. 1987 – Lei nº 7.624 vincula a BN à Fundação Nacional Pró-Leitura 1990 – Lei nº 8.029, extingue a Fundação Pró-Leitura e cria a Fundação Biblioteca Nacional com acervo e dotação da Fundação Pró-Leitura. 1990 – Decreto nº 99.942 Vincula a Fundação Biblioteca Nacional à Secretaria de Cultura da Presidência da República (SEC/PR). 1990 – Lei nº 8.113, dispõe sobre a natureza fundacional da Biblioteca Nacional . 1992 – Decreto nº 519 institui o Programa Nacional do Incentivo à Leitura

⁶ Foi definida na II CNC como estratégia prioritária: Instituir legislação que garanta a continuidade e ampliação de políticas e programas de fomento à leitura e literatura, considerando a diversidade da criação literária das regiões.

	(PROLER); 1992 – Decreto nº 520 institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
1937 – INL – Instituto Nacional do Livro	1937 – Decreto nº 92; 1981 – Incorporada à Fundação Pró-Memória ela <i>Portaria</i> nº 595; 1987 – Lei nº 7.624 incorpora a Fundação Pró-Memória.
1968 – Serviço Nacional de Biblioteca Municipais	Lei nº 5.422.
1969 – Dispõe sobre a remessa de obras impressas ao Instituto Nacional do Livro	DECRETO-LEI Nº 824, DE 5 DE SETEMBRO DE 1969
1979 – Fundação Pró-Memória	Através da lei 6.757 1981 – Portaria do Mec nº 585 incorpora Museu Imperial, Biblioteca Nacional, Museu Histórico e Museu da República, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Vilas Boas, Instituto Nacional do Livro (INL). 1990 – Lei nº 8.029 extingue Fundação Pró-Memória e cria o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) com acervo e dotação do SPHAN e Pró-Memória.
1980 – Institui a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca e o Dia do Bibliotecário.	DECRETO Nº 84.631, DE 09/04/1980
1987 – Fundação Nacional Pró-Leitura;	1987 – Lei nº 7.624 (incorpora o INL e BN) 1990 – Lei nº 8.029 (extingue a Fundação Nacional Pró-leitura)
1992 – Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e dá outras providências	Decreto Nº 520, de 13 de maio; Coordenadoria da Biblioteca Nacional.
1998 – Implantação da lei de direitos autorais	Lei 9.610 de 19 de fevereiro;
2003 – Implantação da Lei do Livro	Lei n.º 10.753, de 30.10.2003.
2004 – Programa Fome de Livro: dotar toda cidade brasileira com uma biblioteca pública. – Articulações nacionais envolvendo toda a cadeia criativa, produtiva e distributiva do livro e os especialistas e mediadores de leitura para a organização e promoção do Ano Ibero-Americano da Leitura. – Criação da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura – CSLLL: espaço de concertação do Estado e da Sociedade, envolvendo toda a cadeia do livro e da leitura. – Decretada a desoneração do PIS/COFINS: o livro no Brasil torna-se totalmente isento de taxas e impostos	– Desoneração Fiscal do Livro: lei federal 11.030 de 21/12/2004, combinada a lei federal 10.865 de 30/04/2003.
2005 – Ano Vivaleitura: nome dado ao Ano Ibero-Americano da Leitura aqui no Brasil – Formação de comitês pelos estados brasileiros: Início das articulações para se constituir um Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL – no Brasil; – 1.500 ações pela leitura foram cadastradas em todo o país; – 97 encontros de debate no país: RS. SP. RJ. MG. DF. CE. PA; – 5 videoconferências regionais e	O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos Artigos 87, parágrafo único, inciso I, e 215, da Constituição Federal e no Decreto nº 5.520/05, resolve: Nº 21 – Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), o Colegiado Setorial de Livro e Leitura, com a função precípua de definir políticas, diretrizes e estratégias para o respectivo setor cultural, nos termos do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005.

nacional; – Conquista fundamental: união entre os Ministérios da Cultura (Minc) e da Educação (Mec) para um trabalho integrado pelo livro e pela leitura com objetivo de se criar o PNLL.	
2006 – Plano Nacional do Livro e Leitura – Fome de Livro - PNLL – Encerramento do Vivaleitura em março de 2006; – Lançamento em 13 de março de 2006, com texto e objetivos; – PNLL – texto conceitual e programático redimensionado e condensado pelo Estado e pelos representantes do livro e da leitura em dezembro de 2006. – Ação de promoção à leitura do PNLL: 2006 – Prêmio Viva Leitura	Institucionalização e nomeação de dirigentes em agosto de 2006, através das Portarias Interministeriais 1.442 e 1.537;

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond. Biblioteca Verde. In: **Poesia Completa: volume único**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.

BARKER, Rondald E.; e ESCARPIT, Robert. **A fome de Ler**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/Instituto Nacional do Livro, 1975.

BERTOL, Rachel. Instituto para o livro. In: **O Globo** - RJ, 25/10/2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/10/27/instituto-para-o-livro/>>. Acesso em: 19/09/09.

BORGES, Jorge Luis. Biblioteca de Babel. In: **Ficções**. São Paulo: Globo, 2001.

BOTELHO, Isaura. Política Cultural e plano das idéias. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, Edufba, 2007.

BRASIL, Ministério da Cultura e Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasil: Ministério de Cultura e Ministério de Educação, 2006. Disponível em http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/images/pnll_download.pdf Acesso em 25 de julho de 2008.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Programa Mais Cultura – Ações para o Livro e Leitura**. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/bibliotecaviva/mais-cultura/programa-mais-cultura-acoes-de-livro-e-leitura-2/>>. Acesso em: 19/09/2009.

_____. **Programa Nacional de Incentivo à leitura – Proler**. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/bibliotecaviva/o-que-e/programa-nacional-de-incentivo-a-leitura-proler/>>. Acesso em: 19/09/2009.

_____. **Programa Mais Cultura.** Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/biblioteca_viva/mais-cultura/programa-mais-cultura-acoes-de-livro-e-leitura/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2009.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador, Edufba, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas.** São Paulo: Iluminuras, Observatório Itau Cultural, 2008.

CASTAÑEDA, Rosa Luz Dávila. El libro em América Latina: situación actual y políticas públicas. In: **Portal Iberoamericano de Gestión Cultural** - Boletín Gestión Cultural Nº 13: Políticas de apoyo al setor del libro, septiembre de 2005.

CERLALC/OEI. **Una región de lectores: análisis comparado de planes nacionales de lectura em iberoamérica.** Bogotá: 2005.

_____. **Agenda de políticas públicas de lectura.** Bogotá: 2004.

CERLALC/UNESCO. **Producción y comercio internacional del libro en América Latina 2003: Diagnostico estadístico.** Bogotá: Servicio de Información Estadística Regional, 2005.

EARP, Fábio Sá; e KORNIS, George. **A Economia da Cadeia Produtiva do Livro.** Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Carta do Ministro Gustavo Capanema ao Presidente Getúlio Vargas: Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos_37-45/ev_ecp_inl.htm>.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retrato da Leitura no Brasil.** São Paulo: Observatório da Leitura/Ibope inteligência, 2008.

LOPES, Moacyr C. **A situação do escritor e do livro no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

NETO, José Castilho Marques. **Políticas públicas para o livro e leitura: reflexões sobre o tempo presente.** Disponível em: <<http://www.pluricom.com.br/forum/politicas-publicas-para-o-livro-e-a-leitura/>>. Acesso em: 24/08/09.

PAIVA, Flávio. Fundo Setorial Pró-Leitura. In: **Diário do Nordeste**, 17/09/2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/09/17/fundo-setorial-pro-leitura-flavio-paiva/>>. Acesso em: 19/09/09.

PEÑA, Luis Bernardo; e ISAZA, Beatriz Helena. **Una región de lectores: análisis comparado de planes nacionales de lectura em Iberoamérica.** Bogotá: CERLALC, OEI, 2005.

REIS, Paula Félix dos. **Políticas culturais do governo Lula: análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura**. Dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-graduação em Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

REVESZ, Bruno. **¿Qué significa pensar La lectura como um asunto de política pública?** Disponível em: <www.cerlalc.org/redplanes/Documentos/Biblioteca/Revesz_Bruno.pdf>.

RIBEIRO, Carlos. Sobre leitores e bibliotecas. In: **À luz das narrativas: escritos sobre obra e autores**. Salvador: EDUFBA, 2009.

RODRIGUES, Pedro Geraldo. Política nacional de lectura? Meditación en torno a sus límites y condicionamientos. In: **Revista Latinoamericana de Estudios Educativos** (México), Vol XXV, nº 3. Disponível em: <www.scribd.com/doc/2357321/politica-nacional-de-lectura-Meditacion-en-torno-a-sus-limites-y-condicionamientos>.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; e ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. In: **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, Edufba, 2007.

_____. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; e BAYARDO, Rubens (orgs.). **Políticas culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SILVA, Suely Braga da. **A Institucionalização de organismos culturais no Estado Novo: pontos para reflexão**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/bragasilva.pdf>>. Acesso em: 10/07/2009.